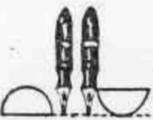


### Sem acordo, Constituinte emperrará

Quatro anos para os futuros presidentes com direito a reeleição.



A proposta, de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso, virou emenda e foi oferecida ao projeto de Constituição na Comissão de Sistematização. No momento, é sobre ela que converge a atenção do comando do PMDB na Constituinte, encabeçado pelo senador Mário Covas. O próprio Covas ofereceu emenda ao projeto estabelecendo em quatro anos o mandato dos sucessores de Sarney mas sem direito a reeleição.

Há ainda outra emenda, do deputado Euclides Scalo, que concede o direito de reeleição aos atuais prefeitos e governadores. Scalo produziu a emenda de olho em outra emenda, essa de autoria do Centrão, que prorroga o mandato dos atuais prefeitos. Com isso, quer o Centrão comprometer os prefeitos com o apoio à tese dos cinco anos de mandato para Sarney. A intenção da emenda de Scalo é comprometer prefeitos e governadores com a tese dos quatro anos.

No bazar de propostas que alteram artigos ou que introduzem novos artigos no projeto votado pela Comissão de Sistematização, há material para todos os apetites e para prevenir todo tipo de situação que ocorra durante a votação no plenário da assembleia. O Centrão obteve preferência para votação de suas emendas porque conseguiu ampará-las em mais de 280 assinaturas de constituintes — mais da metade, portanto, do total de senadores e deputados eleitos em novembro de 1986.

A liderança do PMDB na Constituinte sabia, de antemão, que não conseguiria reunir 280 assinaturas. Para tentar alcançá-las, teria que elaborar emendas que atraíssem, à esquerda, o apoio de partidos como o PDT, o PT e o PC do B, por exemplo, arriscando-se, certamente, a perder apoios ao centro e à direita dentro do próprio PMDB. Emendas mais moderadas, como as que acabaram sugeridas, atrairiam o voto dos quase 170 constituintes que têm obedecido, regularmente, à liderança de Covas — mas não os dos demais.

Covas preferiu contar com quem acha que já conta e concentrou esforços em colecionar assinaturas para a apresentação, posterior, de pedidos de des-

taque para votação em separado de artigos e partes do projeto de Constituição e de emendas a ele oferecidas. Um pedido de destaque para votação em separado tem que ser sustentado por 187 assinaturas de constituintes. Covas dispõe de cerca de 150 conjuntos, cada um com 187 autógrafos colados em folhas de papel em branco.

Estudará, no final da semana, o que ao comando do PMDB interessa destacar. Em uma das emendas que patrocinou, o Centrão liquida com a iniciativa popular de propor mudanças na Constituição prevista no projeto da Comissão de Sistematização. Covas pode, se quiser, destacar o que estava previsto no projeto para votação em separado. Aprovado o pedido de destaque por metade mais um de 280 constituintes reunidos no plenário, caberá ao Centrão juntar 280 votos para eliminar o que Covas quer manter.

No caso, Covas terá precisado, para aprovação do seu pedido de destaque, de apenas 141 votos, digamos, em 280 ocasionalmente disponíveis no plenário. O ônus de pôr 280 votos para derrotar a proposta embutida no projeto da Comissão de Sistematização e destacada por Covas será do Centrão. Covas poderá, também, pedir destaque para votação em separado de pedaços das emendas do Centrão. O ritual será o mesmo e ao Centrão caberá amearhar 280 votos para assegurar o que deseja.

Naturalmente, o que pode Covas pode, também, o Centrão, que possui um vasto arsenal de pedidos de destaque para votação em separado. No Centrão e na liderança do PMDB, há unanimidade no diagnóstico de que só haverá Constituição este ano ou mesmo no próximo se prevalecer o espírito do entendimento. Sem concessões de parte a parte, emperrará o processo constituinte.

### Razões da pressa

Insiste o presidente Sarney na votação antecipada da extensão do seu mandato e do sistema de governo. Quer, com isso, evitar que a deliberação da Constituinte sobre as duas questões coincida com o previsível agravamento do quadro econômico e social do país. O ex-ministro Francisco Dornelles, por exemplo, calcula que a inflação de março poderá bater nos 22%. Sarney sabe, contudo, que a antecipação não ocorrerá. Ao insistir no assunto, quer livrar-se da culpa de um possível emperramento do processo constituinte. O governo joga, também, com essa hipótese.

### Richa ainda sonha

O parlamentarismo, já adotado tão logo seja promulgada a nova Constituição, está morto e sepultado, como admite um dos seus inspiradores, o senador José Richa (PMDB-PR). "Ele só poderia vir de imediato se fosse resultado de uma negociação com o presidente Sarney", argumenta o senador. "Sarney, como se sabe, à negociação preferiu o conflito com a Constituinte". Richa ainda aposta na aprovação do parlamentarismo para entrar em vigor em 1989 com a posse do presidente que ele acredita que será eleito em novembro próximo. Na verdade, o parlamentarismo perde espaço para o presidencialismo dentro da Constituinte.

### Caminho das pedras

Na medida em que as dez emendas globais apresentadas pelo Centrão ao projeto de Constituição reuniram as assinaturas de mais de 280 constituintes, ao deputado Bernardo Cabral restava, simplesmente, acatá-las e se ocupar em dar parecer sobre as demais emendas oferecidas, individualmente, por senadores e deputados. Cabral fez questão de apontar nas emendas do Centrão os itens com os quais, pessoalmente, não concorda. Quis, com isso, facilitar a vida dos adversários do Centrão, interessados em manter o projeto aprovado na Comissão de Sistematização.

### Emenda virou samba

O deputado Bernardo Cabral deu parecer favorável à emenda do deputado Adolfo Oliveira, líder do PL na Câmara, que convoca um plebiscito, a ser realizado junto com as eleições municipais de novembro próximo, sobre a consumação da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A emenda virou samba da escola Império Serrano, que cantará na avenida: "O Rio não é mais como era antes/ pois acabaram com a nossa Guanabara/ fundiram toda nossa competência/ e já não somos a cidade jóia rara". A aprovação final da emenda depende, agora, do plenário da assembleia.

Ricardo Noblat

Recife — Fátima Batista



“Abaixo o Centrão, queremos eleição” — gritavam centenas de manifestantes, que percorreram as ruas do Recife levando o caixa do Centrão. A hora do enterro, foram anunciados pelo sistema de som os nomes dos 17 constituintes pernambucanos que assinaram o documento de formação do grupo. Do “listão dos traidores dos trabalhadores” faziam parte dois senadores (Antônio Farias, do PMB e Marco Maciel, do PFL); cinco deputados do PMDB — Fernando Bezerra Coelho, Geraldo Melo, Nilson Gibson, Luis Freire e José Carlos Vasconcelos — e os 12 integrantes da bancada do PFL na Câmara dos Deputados, incluindo o candidato a prefeito de Recife, Joaquim Francisco. O ato público foi organizado pelo Movimento Unificado Constituinte Popular, que reúne representantes do PT, PC do B, sindicatos dos eletricitários e dos trabalhadores em telecomunicações. “Queremos mostrar a estes constituintes que estamos de olho neles e no significado do Centrão, que simboliza o que há de mais reacionário na política brasileira”, resumiu a coordenadora, Regina Mascarenhas.

## Imposto sindical tem veto de ‘Centrão’ e PT

BRASÍLIA — A proposta que acaba com o imposto sindical conseguiu unir parlamentares de posições políticas opostas, como os integrantes do Centrão e do PT. Mas esta união existe apenas enquanto se aguarda que a nova Constituição dê fim ao imposto que todo trabalhador assalariado paga, seja ou não sindicalizado.

Os objetivos finais do Centrão e do PT ao apoiarem o fim do imposto sindical não são apenas diferentes. Cada tendência pretende, com a medida, dar um golpe na outra. O PT quer enfraquecer as confederações e federações de trabalhadores e empresariais que recebem, via Ministério do Trabalho, dinheiro recolhido dos associados. “Tirando o dinheiro das confederações e federações, a gente acaba com os pelegos, todos aliados do

Centrão”, diz o deputado José Genoíno (SP), vice-líder do PT.

O Centrão acha que vai asfixiar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). “Nós vamos dar um basta à CUT e à CGT”, diz o deputado Roberto Jefferson (RJ), vice-líder do PTB e líder do Centrão. Quero ver trabalhador continuar misturado com partido político. A resposta do PT às ameaças de acabar com a CUT, seu principal braço sindical, é técnica. “Eles vão nos ajudar a combater as federações e confederações pelegas. Não podem mexer nas centrais sindicais. Elas não existem legalmente, não recebem dinheiro do Ministério do Trabalho. Elas nasceram ilegais, no governo militar. Cresceram e aí estão.”

## Sutilezas protegem até casamento

BRASÍLIA — Se estivesse em vigor a Constituição pleiteada pelo Centrão, os grupos que se reuniram semana passada no Largo de São Francisco para votar o casamento da filha do senador Alvaro Pacheco estariam proibidos até de chegar lá. O Centrão preparou um artigo dispondo que “o direito de reunião não pode ser usado para frustrar outra reunião previamente convocada para o mesmo local”.

Assim como se preocuparam em proteger as reuniões, os parlamentares do Centrão marcaram suas emendas aos capítulos dos Direitos Sociais e Individuais por sutilezas que só um acurado exame revelará se prejudicam os interesses nacionais. Eles excluem, por exemplo, do projeto de Bernardo Cabral a exigência de que o 13º salário deve ter base na remuneração integral. Congram apenas o direito ao “décimo terceiro salário”.

Se o plenário aprovar integralmente essas mudanças propostas pelo Centrão, teremos uma Constituição mais retrógrada que a de 1934”, diz o senador José Fogaça, lembrando que aquele texto assegurava pelo menos que as jazidas, minas e demais recursos minerais eram patrimônio nacional. Agora, o Centrão deseja que a propriedade do subsolo seja distinta da do solo. Seguem os pontos nevrálgicos que o Centrão elaborou.

**Soberania** — Pela proposta da Comissão de Sistematização, a soberania reside no povo e este é a fonte de todo o poder. O Centrão optou por um preâmbulo que não fala nisso e nem na repulsa a toda forma autoritária de governo. Seu texto prega a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária.

**Integração** — Enquanto o projeto de Bernardo Cabral diz que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, o Centrão diz que o país apenas apoiará essa integração.

**Tortura** — Rigoroso, o projeto de Constituição diz que responde pela tortura até os que, podendo denunciá-la, se omitirem. O Centrão isenta esses últimos, mas enfileira ao lado da tortura o tráfico de drogas e o terrorismo como crimes inafiançáveis.

**Pena de Morte** — O projeto de Constituição tem o cuidado de individualizar cinco penas, enquanto o Centrão prefere remeter a questão para a lei ordinária. Enquanto a Sistematização deixou claro que o Brasil não terá pena de morte, o Centrão a prevê, em caso de guerra declarada.

**Amamentação** — A Comissão de Sistematização assegurou vários direitos aos presos, inclusive o de condições de amamentação dos filhos de presidiárias. O Centrão retirou esse direito do projeto.

**Desapropriação** — A desapropriação por utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização, ganha a ressalva de que ela se fará em “dinheiro”.

**Liberdade** — O projeto de Constituição diz que a reunião só deve ser avisada à autoridade em caso de prejuízo do fluxo normal de pessoas e veículos. Para o Centrão, qualquer reunião tem que ser avisada previamente e não pode acontecer para frustrar outra reunião previamente convocada para o mesmo local.

**Estabilidade** — O projeto de Bernardo Cabral assegura quase explicitamente a estabilidade, garantindo o emprego contra despedidas imotivadas. O Centrão exclui essa garantia e consagra uma estabilidade apenas teórica. Pelo seu texto, o empregado terá estabilidade após 12 meses, mediante indenização (um mês de salário por ano de serviço) nos casos de demissão sem justa causa e “nos casos de força maior”, indenização na forma da lei.

**Participação** — Enquanto o projeto da Comissão de Sistematização garante aos empregados participação nos lucros e na gestão das empresas, o Centrão diz textualmente que isso só ocorrerá “excepcionalmente”. Todas as Constituições, desde 46, prevêm a participação nos lucros.

**Ação** — O plenário da Comissão de Sistematização votou um artigo dizendo que a ação trabalhista não prescreve, nem no curso do contrato de trabalho, nem dois anos depois de sua cessação. O Centrão mantém o que as leis trabalhistas garantem atualmente, dispondo que a ação só pode ser movida até dois anos depois da violação do direito.

**Retenção** — O Centrão dispõe que só a retenção dolosa do salário do trabalhador será definida como crime, enquanto a Sistematização classificava nesse caso qualquer forma de retenção de pagamento de trabalho já realizado.

**Reserva** — A reserva de mercado para trabalhadores acima de 45 anos foi uma norma aprovada no plenário da Sistematização. O Centrão altera o texto para acabar com a exigência de as empresas terem um mínimo de dez por cento dos seus empregados com mais de 45 anos.

## Sant’Anna acha difícil votar logo o mandato

BRASÍLIA — O governo está encontrando dificuldades para inverter a pauta de votações da Constituinte e definir logo a duração do mandato do presidente José Sarney. Fortes resistências, localizadas sobretudo no Centrão, levam o líder do governo, deputado Carlos Sant’Anna, a admitir: “Só metade das pessoas com quem conversei quer antecipar a votação do mandato”.



Sant’Anna

Diante disso, a proposta pode ser abandonada até quarta-feira, dia marcado para Sant’Anna levar a Sarney o resultado de suas conversas. Ele foi encarregado de coordenar a inversão de pauta entre os constituintes fiéis ao governo.

“A inversão da pauta é boa para o governo, mas não é boa para o Centrão”, afirma o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do grupo. O mesmo acham os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Na opinião de Sant’Anna, “se não votarmos agora essas questões polêmicas (mandato e sistema de governo), o processo vai ficar tão lento que todos terão prejuízos”. E acrescenta: “Se a Constituição for aprovada em junho ou julho, não vai mais haver eleição. Por

isso acredito que até os defensores dos quatro anos deveriam aprovar a antecipação de votação”.

**Aos poucos** — O líder do governo conversou ontem à noite com o deputado Ulysses Guimarães e, no final de semana, espera intensificar os contatos com os líderes do Centrão. Por fim, vai procurar o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

Dasso Coimbra explicou que, para os centristas, o melhor é ir aprovando aos poucos as suas teses, como forma de ganhar força até a votação final do mandato. “Importa ao Centrão aprovar o conteúdo de suas teses, não apenas o mandato”, diz o deputado. Alguns políticos do grupo admitem, também, que decidida a duração do mandato de Sarney logo no começo das votações, o Planalto não precisaria mais do apoio daqueles parlamentares e se veria livre de quaisquer pressões.

“O governo vai querer definir logo, pois fez um esforço grande para conseguir as 317 assinaturas da emenda Matheus Iensen, distribuiu as suas rádios, e agora quer ficar livre”, diz o senador José Richa (PMDB-PR). Como qualquer inversão na pauta depende de modificação no regimento, será preciso para isso conseguir um acordo de lideranças — o que não é fácil com as posições radicalizadas da Constituinte. “É praticamente impossível mudar a ordem de votação agora”, afirma o relator Bernardo Cabral.

## Quem propôs já é ministro

A proposta de inverter a pauta de votações na Constituinte para decidir primeiro a duração do mandato do presidente Sarney tem causado controvérsias desde que foi proposta até hoje.

Quem primeiro tentou articular a antecipação da votação do mandato foi o então líder do PMDB na Câmara, Luis Henrique, hoje Ministro da Ciência e Tecnologia, na fase inicial da Constituinte. Ninguém deu bola. Durante as primeiras reuniões da Comissão de Sistematização, o próprio Carlos Sant’Anna levantou uma questão de ordem para inverter as votações. Ele queria que, ao final da votação de cada título, se votassem as questões referentes a este título nas disposições transitórias. A proposta foi para as mãos de Ulysses e está até hoje na sua gaveta.

Terminada a Sistematização, com a vitória parcial dos quatro anos, foi a vez do líder Mário Covas, do PMDB, propor a antecipação da votação do mandato. Chegou a convocar a sua bancada para

discutir isso mas rapidamente mudou de ideia: neste período, o governo coletou 317 assinaturas para a emenda Matheus Iensen e deu uma demonstração de força. O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, também embarcou na antecipação da votação. Foi preciso que o líder do PCB, Roberto Freire, o alertasse: “Para que isso, Brandão? Vamos entrar numa furada”. O PDT também desistiu da ideia.

Por fim foi a vez do próprio governo, aderir à inversão da pauta. Quando terminou a vitoriosa coleta de assinaturas, o líder Carlos Sant’Anna comentou para alguns colegas: “Se conseguimos êxito para pegar as assinaturas, vamos topar a inversão”. Ele não sabia que Covas já desistira da proposta. Ao que tudo indica, Sant’Anna tomara o mesmo caminho na próxima semana. Ele próprio admite isso: “Na base da ‘achologia’, eu acho que é bom antecipar a votação. Mas no concreto eu não sei ainda.”

### Quércia não aceita pressão

#### Governador apóia 5 anos mas não briga por Sarney

SÃO PAULO — Fanático por truco, uma paixão também dos caipiras do interior paulista, o governador Orestes Quércia recorreu a esse jogo praticado com cartas de baralho para assegurar que não teme represálias do governo federal por não se engajar, ostensivamente, pela aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Advertiu que, se sofrer retaliações, pagará na mesma moeda. “Truco mesmo”, ameaçou.

No começo da entrevista, Quércia reconheceu que seu colega do Paraná, o governador Alvaro Dias, um entusiasmado defensor dos cinco anos para Sarney, está recebendo muito mais

atenção e recursos de Brasília. “Para São Paulo, as verbas estão vindo aos poucos, mas não estamos satisfeitos”, disse.

— O sr precisaria receber mais, governador? — perguntaram.

— Muito mais, a gente nunca acha muito o que recebe. Mas estamos elaborando muitos projetos e eu tenho certeza que os recursos virão.

— E se houver retaliações por sua posição em relação aos cinco anos?

— Se isso acontecer, truco mesmo — concluiu, sorridente, Quércia. Craque no truco, ele sabe que o blefe é uma tática para vencer.

## Emenda propõe misturar duas formas de governo

BRASÍLIA — Não há mais nenhum obstáculo para que a emenda presidencialista, encabeçada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Theodoro Mendes (PMDB-SP), seja aprovada pelo plenário da Constituinte. Depois de entendimentos com o deputado Ulysses Guimarães e o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), aqueles constituintes juntaram sua emenda a uma outra, do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que adaptava o Poder Legislativo ao presidencialismo.

No começo da semana, Fogaça havia anunciado que, embora a emenda de Lucena tivesse recebido o maior número de assinaturas — 345 — não poderia receber parecer favorável pois só adaptava o Executivo ao sistema presidencialista, esquecendo-se de fazer o mesmo em relação ao Poder Legislativo. A saída para Lucena foi juntar sua emenda à de Maurílio, que adaptava o Legislativo ao presidencialismo.

Com as adaptações, o presidencialismo proposto por aqueles constituintes fica assim:

- A direção do Executivo é do presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado.
- Volta a existir a figura do vice-presidente, que não havia no projeto da Comissão de Sistematização.
- Se os cargos de presidente e vice-presidente ficarem vagos nos três primeiros anos do seu mandato, haverá eleições diretas em noventa dias. Se essas vagas ocorrerem nos dois últimos anos de mandato, a eleição caberá ao Congresso.
- O mandato do presidente é de cinco anos.
- O presidente nomeia e exonera os ministros, sanciona as leis, veta projetos, organiza a administração federal, comanda a política externa, comanda as Forças

Armadas, decreta os estados de sítio e de defesa, nomeia — após aprovação do Congresso — os ministros do STF, TCU, tribunais superiores, governadores de territórios, procurador-geral da República, o presidente e diretores do Banco Central.

- Determina a realização de referendos populares.
- A cada abertura anual dos trabalhos do Congresso, envia medidas legislativas que sejam necessárias para a execução de programas de governo. Estas deverão ser examinadas em trinta dias pelo Legislativo.
- Por iniciativa de um terço de seus membros, a Câmara dos Deputados poderá propor moção de censura a um ministro, que implica na demissão dele.
- A Câmara também poderá recomendar ao presidente o afastamento de funcionário detentor de cargo de confiança no governo federal, inclusive na administração indireta.
- Em casos de relevância, o presidente pode adotar medidas provisórias, com força de lei, que deverão ser submetidas em cinco dias ao Congresso.

□ O Centrão, o Centrinho e o Grupo dos 32 fecham até terça-feira o acordo sobre a indenização a ser paga ao trabalhador em caso de demissão imotivada, que substituirá a estabilidade prevista no projeto constitucional da Comissão de Sistematização. É quase certo o acatamento das emendas dos deputados Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e Eraldo Tinoco (PFL-BA), pelas quais a empresa paga ao empregado despedido 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Quanto à prescritibilidade das causas trabalhistas, os três grupos pretendem que se permita ao trabalhador acionar, no prazo de cinco anos, a empresa onde trabalha; e por dois anos, com reclamação retroativa a cinco, se estiver desligado dela.